

DOSSIER TEMÁTICO

Segurança Privada em Portugal

FICHA TÉCNICA

Título: Dossier Temático Segurança Privada em Portugal

Dezembro 2025

Administração Interna / Secretaria-Geral

Direção de Serviços de Documentação e Relações Públicas.

Divisão de Documentação e Arquivo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ORGANIZAÇÕES.....	5
2.2. Organizações Internacionais.....	5
2.2. Organizações Europeias	5
2.2. Organizações Governamentais Portugal.....	6
3. RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS.....	7
4. REFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS.....	8
4.1. Literatura Científica em Acesso Aberto	8
5. LEGISLAÇÃO.....	13
5.1. Quadro Normativo Nacional.....	13
5.2. Quadro Normativo Europeu	17
5.3 Jurisprudência	17

1. INTRODUÇÃO

O presente caderno temático tem como o objetivo facilitar o acesso à informação bibliográfica, jurídica e jurisprudencial, publicada em formato eletrónico, e de carácter pertinente e relevante, temática da Segurança privada em Portugal.

Foram pesquisadas fontes em sites de organizações internacionais, com enfoque nas estruturas da Organização das Nações Unidas e da União Europeia, assim como estruturas governamentais e não-governamentais, nacionais cuja informação esteja disponível em acesso aberto e restrito, legislação publicada em *Diário da República*, igualmente em formato eletrónico, legislação e outra documentação publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*, assim como as Bases Jurídico-Documentais da Legix, disponível por assinatura.

Foram ainda consultados os catálogos de várias bibliotecas de institutos do ensino superior como o Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna (ISCPSI), da Academia Militar (AM), do Instituto Universitário Militar (IUM), assim como outros repositórios institucionais designadamente de recursos em acesso aberto e restrito, nomeadamente: o portal RCAAP, portal Scielo, os repositórios NDLT-D-Networked Digital Library of Theses and Dissertations, OpenAire, o Portal de periódicos em acesso aberto DOAJ e o catálogo Sience Direct.

Fizemos igualmente um levantamento de relatórios e outro tipo de documentos, como relatórios, com ênfase nos Relatórios Anuais de Segurança Interna, editado pelo Sistema de Segurança Interna (SSI), assim como outros como seja código de conduta para os profissionais afetos às empresas de segurança privada,

Terminamos não só com o levantamento da legislação nacional e europeia sobre a matéria abordada e ainda é disponibilizada as referências na área da jurisprudência publicadas pelos Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Administrativo, e tribunal de comarca

Esperamos que o presente trabalho responda às necessidades informacionais dos técnicos e dirigentes afetos, à Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, e dos outros serviços integrados no universo MAI.

2. ORGANIZAÇÕES

2.2. Organizações Internacionais

ASIS International (anteriormente American Society for Industrial Security)

<https://www.asisonline.org/>

Associação de Segurança Responsável (ICoCA) – The Responsible Security Association

<https://icoca.ch/the-code/>

Federação Mundial de Segurança (FMS)

<https://wsf.org.br/pt-br/>

International Code of Conduct for Private Security Service Providers' Association (ICoCA)

<https://icoca.ch/the-code/>

International Professional Security Association (IPSA):

<https://www.ipsa.org.uk/>

International Security Management Association (ISMA)

<https://www.isma.com/>

2.2. Organizações Europeias

Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (EUROPOL)

https://commission.europa.eu/topics/internal-security_pt

CoESS (Confederation of European Security Services)

<https://www.coess.org/>

Eurojust

<https://www.eurojust.europa.eu/>

Europol

<https://www.europol.europa.eu/pt/about-europol/>

Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia (IESUE)

<https://www.iss.europa.eu/>

Parlamento Europeu

<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>

Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)

https://www.eeas.europa.eu/_pt

Serviço das Publicações da União Europeia

<https://op.europa.eu/pt/home>

UNI Europa Global Union

<https://www.uni-europa.org/>

2.2. Organizações Governamentais Portugal

Ministério da Administração Interna (MAI) – Secretaria-Geral

<https://www.sg.mai.gov.pt/Paginas/Pesquisa.aspx?k=Seguran%C3%A7a%20privada>

Polícia de Segurança Pública (PSP) – Departamento de Segurança Privada

https://sigesponline.psp.pt/pages/listagens/empresas_alvara/detalhe.xhtml;jsessionid=P5HVKVNBVk+HbcZgdREW6VZH

3. RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS

AES. **Associação de Empresas de Segurança**. Lisboa: AES, 2014. [Consult. em 20 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://www.aes-empresasdeseguranca.com/o-setor>

Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal - **Relatório Anual da Eurojust 2024**. [em linha]. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2024, [Consult. em 20 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://www.eurojust.europa.eu/sites/default/files/assets/files/eurojust-annual-report-2024-en.pdf>

Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal - **Relatório anual da Eurojust de 2023**. [em linha]. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2024, [Consult. em 20 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://data.europa.eu/doi/10.2812/082>

Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal - **Relatório anual da Eurojust de 2022**. [em linha]. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2024, [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://www.eurojust.europa.eu/annual-report-2022>

CoESS - Anticipating, **Preparing and Managing Employment Change in the Private Security Industry Final Report**. [em linha]. [s. l.]:CoESS, 2018. [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: https://www.google.com/search?q=Anticipating%2C+Preparing+and+Managing+Employment+Change+in+the+Private+Security+Industry+Final+Report&rlz=1C1ONGR_pt-PTPT1108AO1109&oq=Anticipating%2C+Preparing+and+Managing+Employment+Change+in+the+Private+Security+Industry+Final+Report&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCTQ5MTZqMGoxNagCCLACAQ&sourceid=chrome&ie=UTF-8

Comissão Europeia - **Código de conduta e de ética para o sector da segurança privada**. EMPL-2003-01933-00-00-PT-TRA-00 (FR)jgh [em linha]. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2003. [Consult. em 20 dezembro]. Disponível na internet: , <https://data.europa.eu/doi/10.2819/800670>

INFORMA DBK Observatório Setorial - **Estudio Sectores Portugal de DBK - Compañías de Seguridad**. [Madrid]: DBK, 2025. [Consult. em 20 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://www.dbk.es/es/tipos-estudios/sectores-portugal/companias-seguridad>

España. Fundación ESYS - **Informe anual 2012 de la seguridad en España** ESYS. [Consult. em 20 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://fundacionesys.com/wp-content/uploads/2023/01/INFORME-ESYS-NOV12new.pdf>

Organização das Nações Unidas - **Regulamentação de segurança privada internacional é necessária, afirmam especialistas da ONU**. [em linha]. Brasília: ONU Brasil, [202_]. [Consult. em 22 setembro 2025]. Disponível na internet: URL: <https://brasil.un.org/pt-br/66756-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-de-seguran%C3%A7a-privada-internacional-%C3%A9-necess%C3%A1ria-afirmam-especialistas-da-onu>

Portugal. Ministério do Trabalho, Solidariedade e segurança Social. Autoridade para as Condições de Trabalho - **Guia sobre segurança privada.** [em linha]. Lisboa: ACT, 2025. [Consult. em 20 dezembro].

Disponível na internet:

<https://portal.act.gov.pt/AnexosPDF/Documentação/Publicações/Relações%20de%20trabalho/Publicações%20eletrónicas/04-%20Segurança%20privada.pdf>

Portugal. Polícia de Segurança Pública. Departamento de Operações - **Diretiva Estratégica N.º 1/2019**, de 15 de Janeiro de 2019, relativa a Diretiva da Unidade Orgânica de Operações e Segurança para 2019. [Consult. em 20 dezembro]. Disponível na internet:

8

Portugal. Sistema de Segurança Interna – **Relatório de Segurança Interna 2024.** [em linha]. Lisboa: SSI, 2025. [Consult. em 22 setembro 2025]. Disponível na internet: URL: <https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna/RASI%202024.pdf>

Portugal. Sistema de Segurança Interna – **Relatório de Segurança Interna 2023.** [em linha]. Lisboa: SSI, 2024. [Consult. em 22 setembro 2025]. Disponível na internet: URL: <https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna/RASI%202023.pdf>

Portugal. Sistema de Segurança Interna – **Relatório de Segurança Interna 2022.** [em linha]. Lisboa: SSI, 2023. [Consult. em 22 setembro 2025]. Disponível na internet: URL: https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna/RASI_2022.pdf

Portugal. Sistema de Segurança Interna – **Relatório de Segurança Interna 2021.** [em linha]. Lisboa: SSI, 2022. [Consult. em 22 setembro 2025]. Disponível na internet: URL: https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna/RASI_2021.pdf

Portugal. Sistema de Segurança Interna – **Relatório de Segurança Interna 2020.** [em linha]. Lisboa: SSI, 2021. [Consult. em 22 setembro 2025]. Disponível na internet: URL: https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna/RASI_2020.pdf

Portugal. Sistema de Segurança Interna – **Relatório de Segurança Interna 2019.** [em linha]. Lisboa: SSI, 2020. [Consult. em 22 setembro 2025]. Disponível na internet: URL: https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna/RASI_2019.pdf

4. REFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS

4.1. Literatura Científica em Acesso Aberto

Afonso, J. R. - **A privatização de funções de Segurança Pública interna: Funções inalienáveis do estado de direito democrático e novo paradigma de descentralização do exercício de poderes de polícia.** [em linha]. Lisboa: UAL, 2015. (Tese apresentada para a obtenção do grau de doutor em Direito (Especialidade em Ciências jurídico-processuais)) [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: URL: <https://repositorio.grupoautonoma.pt/entities/publication/e3cc8e90-e32e-489b-ab86-3d61b5c24de0>

Alves, Rogério - Segurança privada : a actividade privada ao serviço do interesse público. ***ResPublica : Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais***. [em linha] 2012. P. 39-44. [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://recil.ulusofona.pt/server/api/core/bitstreams/d82d5fe8-089d-43fd-b739-181c6aa62559/content>

Blasco, Margarida - **A Inspeção-Geral da Administração Interna no Controlo da Atividade Administrativa Policial**. In: Politeia “Estudos Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior e Ciências Policiais e Segurança Interna e do 10 anos da Politeia: **Projecto DAP: Direito e Atividade Policial**”. [em linha]. Ano X, XI, XII. V. 3 (2013, 2014, 2015). [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://politeia-online.pt/wp-content/uploads/2022/06/A-Inspecao-Geral-da-Administracao-Interna-no-Controlo-da-Atividade-Administrativa-Policial-Pag.-97-131.pdf>

Caetano, João Paulo Batista - **O Policiamento de Prevenção Criminal na Polícia de Segurança Pública**. [em linha]. Lisboa: ISCPSI, 2017. (Relatório Final do 4.º Curso de Direção e Estratégia Policial. [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/4723ac41-59cc-4367-875d-74013f1c30eb/download>

Calazans, José Carlos - Segurança privada na Ásia e no Sudeste Asiático, ***ResPublica : Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais***. [em linha]. N.º 16 (2017), p. 153-171. [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://recil.ulusofona.pt/items/24890d5d-8e1e-493b-84b5-88b9fb1081ef>

Carvalho, Filipe - Segurança privada no Reino Unido. **ResPublica : Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**. [em linha]. N.º 16 (2017). p. 97-116. [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://recil.ulusofona.pt/server/api/core/bitstreams/250db94d-f307-4193-b96d-2a9b51464363/content>

Carvalho, Jorge Silva — ***Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas. Intervenções proferidas em 28 de maio de 2009, na Faculdade de Letras de Lisboa***. [Consult. em setembro de 2014]. Disponível na internet em: <https://pt.scribd.com/document/278218494/Intervencao-Jorge-Silva-Carvalho-20090528>
<http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/noticia09.php>

Conferência Internacional (IGAI) ***A Polícia ao Serviço do Cidadão***. Queluz: Inspeção-Geral da Administração Interna, Nov. 2004. [Consult. em dezembro 2025]. Disponível em <http://www.igai.pt>.

Cunha, João Gonçalves da - ***Segurança privada e controle policial***. [em linha]. Lisboa: ISCPSI, 2010. (Trabalho de Projecto de Mestrado Integrado em Ciências Policiais 22.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia) [Consult. em 29 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/644d34d4-8d9d-4a7a-a1c5-ba5d3080bf5c>

Estudio Seguridad Privada en España: Estado dela Cuestión. / Alfonso Bilbao Iglesias (coord.), Fundación Empresa, Seguridad y Sociedad (ESYS), 2012. [Consult. em dezembro 2025]. Disponível na internet em: <https://www.fundacionesys.com/en/seguridad-privada-en-espana-estado-de-la-cuestion-2012/>

Fernandes, Luís Fiães — ***Intelligence e Segurança Interna***. [em linha]. Lisboa: ISCPSI, 2014. [Consult. em dezembro 2025]. Disponível na internet em: <https://pt.scribd.com/document/720269738/Intelligence-e-Seguranca-Interna>

Fernandes, Samuel João Pires - ***Segurança privada – qualidade do serviço prestado (estudo teórico)***. [em linha]. Lisboa: ISCPSI, 2019. (Trabalho Individual Final do 3.º Curso de Comando e Direção Policial). [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/3651c490-9036-4189-b947-696922bf7570/download>

Lopes, Cláudio Miguel Rodrigues - ***Segurança privada: Relação com as Forças de Segurança Pública***. [em linha]. Lisboa: Academia Militar, 2010. (Trabalho de investigação aplicada no Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Segurança (GNR)). [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/c1a40c2c-6893-4a4e-8f87-cfae8e22a6a4/download>

Martins, Mário - Segurança privada na Alemanha. ***ResPublica : Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais***. [em linha]. N.º 16 (2017). P. 37-48. [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://recil.ulusofona.pt/server/api/core/bitstreams/641a0dff-9476-4f2c-ba00-6299baa09ace/content>

Menezes, António Pedro Vieira da Silva Cordeiro de - ***As empresas militares privadas***. [em linha]. Lisboa: IUM, 2008. (Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2007/08). [Consult. em 29 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/49684067-d482-4b59-868f-7b0efedf365f/download>

Paupério, João - A segurança privada nos PALOP-TL. ***ResPublica : Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais***. [em linha]. N.º 16 (2017). p. 119-152. [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://recil.ulusofona.pt/bitstreams/32406268-2e33-4741-a459-cabb13ec5b2d/download>

Pereira, David Marcos Borralho - ***Revolucionar ou Reajustar a Segurança Privada: Alterações e crítica à Lei n.º 34/2013, de 16 de Maio***. In: Politeia “Estudos Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior e Ciências Policiais e Segurança Interna e do 10 anos da Politeia: Studia varia”. [em linha]. Ano X, XI, XII. V. 1 (2013, 2014, 2015). [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: https://politeia-online.pt/wp-content/uploads/2022/03/Revolucionar-ou-Reajustar-a-Seguranca-Privada-Alteracoes-e-critica-a-Lei-no-34_2013-de-16-de-Maio-pag.-59-118-1.pdf

Poiars, Nuno Caetano Lopes de Barros – Novos horizontes para a segurança privada. [em linha]. In: ***Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*** / coord. Manuel Monteiro Guedes Valente, Maria Teresa Payan Martins. Coimbra: Almedina, 2008. [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://repositorio.ipbeja.pt/server/api/core/bitstreams/15aec881-be83-4213-839a-8ccf4a326e05/content>

Santos, Dinarte Manuel Andrade dos - **Limites às competências dos elementos da segurança privada**. [em linha]. Lisboa: Academia Militar, 2015. (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada). [Consult. em 29 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/e6e1a83c-6726-4c43-ad18-678db63f8e8e/download>

Seixas, Carlota Maria Barros Brito - **Meios Operativos de Segurança das Empresas de Segurança Privada**. [em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Nova School of Law, 2020. (Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito na especialidade de Direito e Segurança). [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: https://run.unl.pt/bitstream/10362/132492/1/Seixas_2020.pdf

Seminário Internacional (IGAI) «**O Uso de Armas de Fogo pelos Agentes Policiais**». Queluz: Inspeção-geral da Administração Interna, Nov. 2003. [Consult. em fevereiro de 2025]. Disponível em <http://www.igai.pt>.

Serafim, Luís Carlos Silva - **Contributos para um esclarecimento em matéria de revistas sobre segurança privada**. [em linha]. Lisboa: ISCP SI, (Trabalho individual final do Curso de Direção e Estratégia Policial), [Consult. em 29 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/e40f9c3e-f647-415f-a4a4-02d9cc2588ed>

Silva, Nuno Amorim Dias da - **A avaliação da idoneidade dos candidatos a vigilante de segurança privada**. [em linha]. Lisboa: ISCP SI, 2015. (Relatório Final do Curso de Comando e Direção Policial). [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/1b198520-c587-4477-b8e7-5806542fc60c/download>

Silva, Sérgio Vieira; Parente, José Nuno; Rocha, Manuel - Segurança privada em França. **ResPublica : Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**. [em linha]. N.º 16 (2017). P. 61-76. [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://recil.ulusofona.pt/items/e180ff35-066e-427f-88fb-fbb5e681df92>

Silva, Sérgio Vieira da; Rebelo, Ivo - Segurança Privada na Holanda. **ResPublica : Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**. [em linha]. N.º 16 (2017). P. 77-96. [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://recil.ulusofona.pt/bitstreams/60bcd68d-024e-4b35-996b-c9a2477cb07e/download>

Simões, João - A segurança privada: limites à sua actuação num Estado de Direito Democrático. In: **Politeia “Estudos Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior e Ciências Policiais e Segurança Interna e do 10 anos da Politeia: Projecto DAP: Direito e Atividade Policial”**. [em linha]. Ano X, XI, XII. V. 3 (2013, 2014, 2015). [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://politeia-online.pt/wp-content/uploads/2022/06/A-seguranca-privada-limites-a-sua-actuacao-num-Estado-de-Direito-Democratico-Pag.-57-71.pdf>

Torrente, Diego – ***La Seguridad privada en España***. [em linha]. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 201_. [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://openaccess.uoc.edu/server/api/core/bitstreams/7765132c-134d-4a58-b980-0aef9da098b0/content>

Zanetic, André – Segurança privada: características de setor e impacto sobre o policiamento. In: ***Revista Brasileira de Segurança Pública***. [em linha] Ano 3, n.º 4 (mar./abr. 2009. P. 134-151. [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/44/42>

4.2. Literatura Científica em Acesso Restrito

Avant, Deborah – ***Private security companies***. [em linha]. Global Monitor. [Consult. em 30 dezembro 2025]. Disponível na internet: URL: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563460500031297>

Castro, Reginaldo Viana de - ***Segurança privada: limites da sua autonomia***. [em linha]. [Brasília]: ANIMA, 2018. (Repositório Universitário da Ânima (RUNA)). [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12275>

Poiares, Nuno - Uma policialização da segurança privada. ***Polícia Portuguesa***, n.º 10, III Série, (jan. /mar. 2009), pp. 28-33, [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet Recurso eletrónico: <https://repositorio.ipbeja.pt/entities/publication/e1a38f3d-2c15-47a0-8a85-ad0846802d4b>

Quixaba, Anderson Azevedo - ***Segurança pública e segurança privada no combate ao terrorismo***. [Brasília]: ANIMA, 2017. (Repositório Universitário da Ânima (RUNA)). [Consult. em 28 dezembro 2025]. Disponível na internet: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/7ba75ad7-96c7-4de6-b2dd-aad074d41908/full>

5. LEGISLAÇÃO

5.1. Quadro Normativo Nacional

[Portaria n.º 146/2025/1 - Diário da República n.º 66/2025, Série I de 2025-04-03](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES — Associação de Empresas de Segurança e o Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Serviços — SITESE.

[Portaria n.º 143/2025/1 - Diário da República n.º 66/2025, Série I de 2025-04-03](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES — Associação de Empresas de Segurança e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços — FETESE e outro.

[Portaria n.º 217/2024/1 - Diário da República n.º 184/2024, Série I de 2024-09-23](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES — Associação de Empresas de Segurança e o Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Serviços — SITESE.

[Portaria n.º 192/2024/1 - Diário da República n.º 165/2024, Série I de 2024-08-27](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES — Associação de Empresas de Segurança e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços — FETESE e outro.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023 - Diário da República n.º 154/2023, Série I de 2023-08-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Integrada de Segurança Urbana

[Portaria n.º 132/2023 - Diário da República n.º 93/2023, Série I de 2023-05-15](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES - Associação de Empresas de Segurança e o Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Serviços - SITESE

[Portaria n.º 131/2023 - Diário da República n.º 93/2023, Série I de 2023-05-15](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES - Associação de Empresas de Segurança e o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas - STAD e outro

[Portaria n.º 130/2023 - Diário da República n.º 93/2023, Série I de 2023-05-15](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES - Associação de Empresas de Segurança e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços - FETESE e outro

[Portaria n.º 173/2022 - Diário da República n.º 128/2022, Série I de 2022-07-05](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES - Associação de Empresas de Segurança e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE

[Portaria n.º 172/2022 - Diário da República n.º 128/2022, Série I de 2022-07-05](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AES - Associação de Empresas de Segurança e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços - FETESE e outro

[Portaria n.º 304/2021 - Diário da República n.º 243/2021, Série I de 2021-12-17](#)

Administração Interna

Segunda alteração à [Portaria n.º 148/2014](#), de 18 de julho, que estabeleceu uma importante reforma no modelo de formação profissional de segurança privada

[Portaria n.º 292/2020 - Diário da República n.º 245/2020, Série I de 2020-12-18](#)

Administração Interna

Segunda alteração à [Portaria n.º 273/2013](#), de 20 de agosto, alterada pela [Portaria n.º 106/2015](#), de 13 de abril, que regula as condições específicas da prestação dos serviços de segurança privada

[Decreto-Lei n.º 159/2019 - Diário da República n.º 205/2019, Série I de 2019-10-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Mar

Aprova um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria

Resumo em Linguagem Clara

[Lei n.º 54/2019 - Diário da República n.º 148/2019, Série I de 2019-08-05](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria

[Lei n.º 46/2019 - Diário da República n.º 128/2019, Série I de 2019-07-08](#)

Assembleia da República

Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção

[Portaria n.º 114/2015 - Diário da República n.º 80/2015, Série I de 2015-04-24](#)

Ministério da Administração Interna

Primeira alteração à [Portaria n.º 148/2014](#) de 18 de julho, que estabelece o conteúdo e a duração dos cursos do pessoal de segurança privada e as qualificações profissionais do corpo docente, e regula a emissão de certificados de aptidão e qualificação profissional do pessoal de segurança privada e a aprovação, certificação e homologação dos respetivos cursos de formação profissional

[Portaria n.º 106/2015 - Diário da República n.º 71/2015, Série I de 2015-04-13](#)

Ministério da Administração Interna

Primeira alteração à [Portaria n.º 273/2013](#), de 20 de agosto, que regula as condições específicas da prestação dos serviços de segurança privada, o modelo de cartão profissional e os procedimentos para a sua emissão e os requisitos técnicos dos equipamentos, funcionamento e modelo de comunicação de alarmes

[Decreto-Lei n.º 135/2014 - Diário da República n.º 172/2014, Série I de 2014-09-08](#)

[Ato original](#) | [Versão consolidada](#)

Ministério da Administração Interna

Estabelece o regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração e de bebidas que disponham de salas ou de espaços destinados a dança ou onde habitualmente se dance

[Portaria n.º 148/2014 - Diário da República n.º 137/2014, Série I de 2014-07-18](#)

[Ato original](#) | [Versão consolidada](#)

Ministério da Administração Interna

Conteúdo e a duração dos cursos do pessoal de segurança privada e as qualificações profissionais do corpo docente

[Portaria n.º 114/2015 - Diário da República n.º 80/2015, Série I de 2015-04-24](#)

Ministério da Administração Interna

Primeira alteração à [Portaria n.º 148/2014](#) de 18 de julho, que estabelece o conteúdo e a duração dos cursos do pessoal de segurança privada e as qualificações profissionais do corpo docente, e regula a emissão de certificados de aptidão e qualificação profissional do pessoal de segurança privada e a aprovação, certificação e homologação dos respetivos cursos de formação profissional

[Decreto-Lei n.º 135/2014 - Diário da República n.º 172/2014, Série I de 2014-09-08](#)

[Ato original](#) | [Versão consolidada](#)

Ministério da Administração Interna

Estabelece o regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração e de bebidas que disponham de salas ou de espaços destinados a dança ou onde habitualmente se dance

[Portaria n.º 102/2014 - Diário da República n.º 93/2014, Série I de 2014-05-15](#)

[Ato original](#) | [Versão consolidada](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna

Estabelece o sistema de segurança obrigatório aplicável aos espetáculos e divertimentos em recintos autorizados de forma a promover a realização dos mesmos em segurança

[Lei n.º 23/2014 - Diário da República n.º 81/2014, Série I de 2014-04-28](#)

Assembleia da República

Regula a base de dados e os dados pessoais registados objeto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da atividade de segurança privada, aprovado pela [Lei n.º 34/2013](#), de 16 de maio

[Portaria n.º 273/2013 - Diário da República n.º 159/2013, Série I de 2013-08-20](#)

[Ato original](#) | [Versão consolidada](#)

Ministério da Administração Interna

Regula as condições específicas da prestação dos serviços de segurança privada, o modelo de cartão profissional e os procedimentos para a sua emissão e os requisitos técnicos dos equipamentos, funcionamento e modelo de comunicação de alarmes

[Lei n.º 34/2013 - Diário da República n.º 94/2013, Série I de 2013-05-16](#)

[Ato original](#) | [Versão consolidada](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada e procede à primeira

alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal)

[Decreto-Lei n.º 101/2008 - Diário da República n.º 114/2008, Série I de 2008-06-16](#)

Ministério da Administração Interna

Estabelece o regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas e revoga o Decreto-Lei n.º 263/2001, de 28 de Setembro

[Lei n.º 29/2003 - Diário da República n.º 193/2003, Série I-A de 2003-08-22](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a alterar o regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada

[Portaria n.º 485/2003 - Diário da República n.º 138/2003, Série I-B de 2003-06-17](#)

Ministério da Administração Interna

Altera a Portaria n.º 971/98, de 16 de Novembro, que define os requisitos do cartão profissional do pessoal de segurança privada e dos modelos de uniformes utilizados, adequando-a à nova figura de assistente de recinto desportivo

[Declaração de Rectificação n.º 1-U/2003 - Diário da República n.º 50/2003, 2º Suplemento, Série I-B de 2003-02-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1522-C/2002, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Administração Interna, que fixa as situações em que é obrigatório o recurso à segurança privada nos recintos desportivos, bem como as condições do exercício de funções pelos assistentes de recinto desportivo, publicada no Diário da República, 1.ª série (2.º suplemento), de 20 de Dezembro de 2002

[Decreto-Lei n.º 297/99 - Diário da República n.º 180/1999, Série I-A de 1999-08-04](#)

Ministério da Administração Interna

Regula a ligação às forças de segurança, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública, de equipamentos de segurança contra roubo ou intrusão que possuam ou não sistemas sonoros de alarme instalados em edifícios ou imóveis de qualquer natureza

[Portaria n.º 26/99 - Diário da República n.º 13/1999, Série I-B de 1999-01-16](#)

Ministérios da Administração Interna e da Economia

Estabelece as condições objectivas em que os estabelecimentos de restauração e bebidas que disponham de espaços ou salas destinados a dança ou onde habitualmente se dance são obrigados a dispor de sistemas de segurança privada

[Portaria n.º 710/98 - Diário da República n.º 207/1998, Série I-B de 1998-09-08](#)

Ministério da Administração Interna

Altera a Portaria n.º 1257/93, de 11 de Dezembro (estabelece que a prestação ou o exercício de actividades de segurança privada por parte de empresas, individuais ou colectivas, dependa de autorização do Ministro da Administração Interna)

[Portaria n.º 393/95 - Diário da República n.º 102/1995, Série I-B de 1995-05-03](#)

Ministério da Administração Interna

Mantém em vigor para o ano de 1995 as taxas estabelecidas na [Portaria n.º 1257/93](#), de 11 de Dezembro (estabelece que a prestação ou o exercício de actividades de segurança privada, por parte de empresas individuais ou colectivas, dependa de autorização do Ministro da Administração Interna). Revoga a [Portaria n.º 240/94](#), de 18 de Abril

Despacho Normativo n.º 25/87 - Diário da República n.º 59/1987, Série I de 1987-03-12

Ministério da Administração Interna

Estabelece os princípios básicos para a selecção e recrutamento do pessoal de segurança privada

5.2. Quadro Normativo Europeu

P8_TA(2017)0289 - [Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de julho de 2017, sobre as empresas de segurança privadas \(2016/2238\(INI\)\)](#) - - Empresas de segurança privada

C2018/078/02 - [Ata da sessão de 4 de julho de 2017 in Jornal Oficial da União Europeia C 78/20.](#)

- 6.15. -Empresas de segurança privada (votação)

C2018/078/01 - [Ata da sessão de 3 de julho de 2017. In Jornal Oficial da União Europeia C](#)

- 24. Empresas de segurança privada (breve apresentação) p. 1-19

C/2024/02999 - [Relato integral dos debates de 3 de julho de 2017. In Jornal Oficial da União Europeia C](#)

24. Empresas de segurança privada (breve apresentação)

[Regulamento \(EU\) n.º 1214/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu](#) - Specific training requirements for CIT security staff Article 11p (4)

[Directiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de dezembro.](#) Relativa aos serviços no mercado interno

5.3 Jurisprudência

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 376/2018 - Diário da República n.º 180/2018, Série I de 2018-09-18

Tribunal Constitucional

Declara a inconstitucionalidade com força obrigatória geral da norma constante da alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º da [Lei n.º 34/2013](#), de 16 de maio (Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada), e, quanto à remissão para a mesma feita, das normas constantes dos n.os 2, 3 e 4 do mesmo artigo, por violação do n.º 1 do artigo 47.º, em conjugação com o n.º 2 do artigo 18.º da Constituição

Anúncio n.º 11928/2011 - Diário da República n.º 157/2011, Série II de 2011-08-17

1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima

Declaração de insolvência nos autos de insolvência de pessoa colectiva (requerida) n.º 283/11.OTBPTL, do 1.º Juízo do Tribunal de Ponte de Lima, em que é insolvente Avanzit - Segurança Privada, Lda.

Acórdão n.º 304/2010 - Diário da República n.º 186/2010, Série II de 2010-09-23

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma contida no n.º 1 do artigo 3.º, por referência à alínea b) do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro (regula o exercício de actividades de segurança privada)

Acórdão n.º 0536/08, de 13 de maio de 2009

Supremo Tribunal Administrativo

I - O ponto de vista relevante para avaliar a suficiência do conteúdo da fundamentação (tendo sempre em conta estar-se em presença de um conceito de carácter relativo, isto é, que varia em função do tipo de acto administrativo que está em causa), é o da compreensibilidade do destinatário médio, colocado da situação concreta, devendo dar-se por cumprido esse dever legal se a motivação contextualmente externada permitir àquele entender as razões de facto e de direito que determinaram o autor do acto a agir e/ou a escolher a medida adoptada.

II - Está, assim, fundamentado o acto que, com invocação das alíneas a) a c) do n.º 2 e do n.º 4 do art. 1.º da Lei n.º 22/97 de 27 JUN, com a nova redacção dada pela Lei n.º 93-A/97 de 22 AGO, indefere pedido de renovação de uso e porte de arma, enunciando como motivos de facto que, a circunstância de o exercício de profissão – director executivo-corrector de seguros – e a não verificação de quaisquer outras circunstâncias imperiosas de defesa pessoal, não denotam a existência de risco acrescido, que justifique o uso daquela arma;

III - Tudo, pois, de molde a que o interessado pudesse identificar claramente o possível vício de violação de lei que poderia concorrer no acto.

Acórdão n.º 7/2006, de 28 de novembro

Supremo Tribunal de Justiça

No domínio da versão originária do artigo 31.º, n.º 1, alínea a), do [Decreto-Lei n.º 231/98](#), de 22 de Julho, o exercício da actividade de segurança privada em regime de autoprotecção sem a licença prevista no n.º 2 do artigo 21.º do mesmo diploma integrava o tipo contra-ordenacional descrito na primeira disposição citada

Jurisprudência n.º 2/2001 - Diário da República n.º 15/2001, Série I-A de 2001-01-18

Supremo Tribunal de Justiça

Em relação às empresas cuja actividade é a prestação de serviços de segurança privada a terceiros, atenta a especificidade da organização dessas empresas, deve-se entender, para efeitos da proibição constante do artigo 6.º da Lei n.º 65/77, de 26 de Agosto, como «estabelecimento» ou «serviço» o local onde, de acordo com a distribuição de serviço organizada pela entidade patronal, estava prevista a apresentação do trabalhador para prestar a sua actividade durante a greve. Assim, verifica-se a violação daquele artigo 6.º - a substituição de um trabalhador que aderiu à greve por outro que à data do pré-aviso da greve e até ao termo desta não estava previsto trabalhar naquele local